

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO



Relatório de Monitoramento de Resultados 1º Quadrimestre de 2021



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e instituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. A EPE tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Giovani Vitória Machado

Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Erik Eduardo Rego

Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretora de Gestão Corporativa

Angela Regina Livino de Carvalho

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - CGR

Elzencleaver Freitas de Aguiar – Gestor

José Ricardo de Moraes Lopes – Analista de Pesquisa Energética

João Pedro Mercês de Oliveira – Estagiário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros do Conselho de Administração

Presidente

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

Membros do Conselho de Administração

Aline Couto de Amorim

Evandro César Dias Gomes

Paulo Cesar Magalhães Domingues

Rafaella Peçanha Guzela

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

CONSELHO FISCAL

Membros do Conselho Fiscal. Presidente

Alexandre Lauri Henriksen

Membros do Conselho Fiscal

Luís Felipe Monteiro Serrão

Rodrigo Sampaio Marques

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Membros do Comitê de Auditoria

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luís Carlos Da Conceição Freitas

Membros do Comitê de Riscos (CGRIC-X)

Elzencleaver Freitas de Aguiar – Presidente

CGRIC-X/PR

José Ricardo de Moraes Lopes – Secretário Geral do CGRIC-X/PR

Mariana Assis Espécie – Chefe de Gabinete/

Elisângela M. de Almeida – Superintendente da SMA/DEA

Mariana Gonçalves de Azevedo Pacheco – Superintendente-Adjunta da SRF/DGC

Gustavo Naciff de Andrade – Superintendente-Adjunto da SEE/DEA

Claudia E. C. Bento – Superintendente-Adjunta da STI/DGC

Carlos Henrique Brasil de Carvalho – Assessor/PR

Carlos Augusto Góes Pacheco – SDB/DPG

Deise dos Santos Trindade Ribeiro – Gab/DPG

Fábio de Almeida Rocha – STE/DEE

Guilherme Fialho - DEE/SEG

Joana D'arc de França Cordeiro – SGE/DEE

Lauro Damasceno – LIC/DGC

Luisa D. Ferreira Alves – CONJUR/PR

João Pedro Mercês de Oliveira – Estagiário Marcelo

Mendes de Brito Fernandes – SGP/DGC

Marcelo H. Cayres Loureiro – SEE/DEA

Marilene Dias Gomes Motta – SMA/DEA



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RESULTADOS
1º QUADRIMESTRE DE 2021



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	6
2.	PRINCIPAIS RESULTADOS	6
3.	DETALHAMENTO DOS RESULTADOS	7
3.1.	Nova Matriz de Riscos Estratégicos	7
3.2.	Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	9
3.3.	Qualificação da EPE no processo Empresa Pró Ética	9
3.4.	Revisão e Aperfeiçoamento do Programa de Integridade da EPE	9
3.5.	Aquisição de ERP de Governança e Contratação de Consultoria, para diagnóstico do Sistema Normativo da EPE	10
4.	SÍNTESE DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	13
4.1.	Levantamento de Riscos junto às áreas e Superintendências da Empresa	13
4.2.	Mapas de Calor	14
4.3.	Críticidade dos Riscos Residuais	15
	DEA	16
	SEE – Balanço Energético Nacional	17
	SMA – UHE Bem Querer	18
	DEE	19
	SEG - Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia	20
	SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE	21
	STE – Relatório de viabilidade técnico econômica de alternativas	22
	DGC	23
	SGP – Processo de Gestão de ponto	24
	SRF – Processo efetuar pagamentos devidos	25



SRF – Processo das Demonstrações Financeiras.....	26
SRL – Gestão Documental	27
SRL – Gestão Patrimonial	28
DPG	29
SDB – Plano Indicativo de Oleodutos (PIO).....	30
SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.....	31
PRESIDÊNCIA	32
CONJUR	33
5. CONCLUSÃO	34
Anexo I: Legenda dos Riscos Identificados	36
Anexo II: Metodologia detalhada	44

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório registra os principais resultados decorrentes da atuação da Área de Gestão da Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) no 1º quadrimestre de 2021. Esta tarefa foi realizada atendendo às Políticas de Gestão de Riscos (PDG-COA-008) e dos Controles Internos da Gestão e da Conformidade (PDG-COA-009) da Empresa pelo Conselho de Administração, e seguindo as novas regras do Artigo 125 do Estatuto Social, aprovado na 8ª Assembleia Geral Extraordinária, em 18 de dezembro de 2020.

Salienta-se que os projetos conduzidos pela área de CGR garantem e reforçam o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), atendendo ao objetivo do ciclo do PEI de 2021-2025, onde é mencionado que a CGR prima por:

“Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.



Destaca-se que a elaboração e divulgação do presente relatório é realizada com o grau de detalhamento adequado à complexidade e escopo do funcionamento da EPE, bem como à sofisticação dos sistemas e operações de Gestão de Riscos.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir estão listados os principais trabalhos executados pela área de CGR no 1º quadrimestre de 2021:



Legenda:

 Concluído
 Em andamento

3. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

3.1. Nova Matriz de Riscos Estratégicos

No 1º quadrimestre de 2021 foi aprovada a Nova Matriz de Riscos Estratégicos da EPE. A Matriz é resultado da avaliação detalhada do relatório final fornecido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, contendo os aspectos e informações mais relevantes do processo de condução das oficinas visando a construção colaborativa da matriz de riscos estratégicos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Foram identificados os riscos concernentes ao atingimento dos objetivos estratégicos contidos no ciclo vigente do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e, na sequência, o conjunto de causas levantadas, consequências, controles, planos de contingência, planos de tratamento, indicação inicial de responsáveis, datas e prazos. As oficinas ocorreram no período de 15 de setembro a 22 de outubro de 2020 e observaram as atividades contidas no Plano de Trabalho.

No final de 2020 e no início de 2021 ocorreram debates internos, envolvendo todas as diretorias e superintendências e que culminou na revisão e aperfeiçoamento do documento, dispondo todas as informações pertinentes à nova matriz de riscos estratégicos da EPE.

A Matriz recebeu manifestação favorável pela Diretoria Executiva durante sua 598ª reunião, realizada em 29 de março de 2021 e foi finalmente aprovada pelo Conselho de Administração da empresa, em sua 202ª reunião, realizada em 16 de abril de 2021.

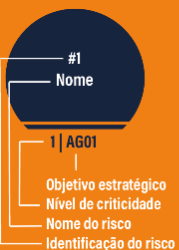
Segue infográfico resumo do trabalho denotando a forte ligação com o Planejamento Estratégico Institucional e o trabalho realizado para a gestão dos riscos intrinsecamente ligados a cada Objetivo Estratégico.

RISCOS ESTRATÉGICOS EPE (2021-2025)

MISSÃO
Realizar estudos e pesquisas de alta qualidade visando subsidiar o planejamento, o desenvolvimento e a política energética nacional

VISÃO
Ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético

PROPÓSITO
O futuro da energia começa na EPE



- S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil
- S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional
- PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional
- PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia
- PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético
- PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional
- AG01 Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado
- AG02 Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa, consolidando instrumentos de gestão e a integração entre as áreas
- AG03 Fortalecer a infraestrutura de TIC, ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a Data Science e processamento de alto desempenho
- AG04 Aperfeiçoar a gestão de pessoas, mediante a valorização do ser humano, visando o aprimoramento contínuo do conhecimento, a retenção dos talentos e o desenvolvimento gerencial
- AG05 Aprimorar a gestão orçamentária para incrementar a qualidade do gasto, integrada aos instrumentos de gestão, avançando na obtenção de fontes de financiamento, com vistas a assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais

3.2. Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

No final do 2020 a área de CGR participou na retificação solicitada pela SEST, nas Cartas Anuais de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019 (exercício social 2018) e 2020 (exercício social 2019). As retificações foram aprovadas por meio da DCA nº 02/198ª, de 15 de janeiro de 2021, dentro do 1º quadrimestre de 2021. Além disso, ainda durante o 1º quadrimestre de 2021 teve início a construção da minuta da Carta Anual de Políticas Públicas – Edição 2021 - Ano Base 2020, que conta com a participação da CGR e da Chefia de Gabinete da Presidência. Lembramos que a Carta demonstra, com elementos objetivos, a total aderência das atividades e dos resultados alcançados pela EPE junto aos objetivos da política e da governança pública vigente, especialmente em sua dimensão com relação à política energética vigente do país, onde a EPE subsidia o MME no planejamento energético.

Também são divulgadas informações relevantes relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração, além de descrever a estrutura de governança da empresa. Buscou-se, nesse projeto, atender aos marcos legais e, também, às boas práticas de governança pública e corporativa.

3.3. Qualificação da EPE no processo Empresa Pró Ética



A RD nº 01/579ª de 30/11/2020 designou a área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos –CGR para a condução das ações necessárias para inscrição da EPE no processo Empresa Pró- Ética 2020-2021 e para a realização da adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. No 1º quadrimestre de 2021 ocorreu o término da fase de avaliação inicial do processo, onde a EPE logrou êxito na etapa e recebeu comunicado da CGU, informando que estávamos apto a passar para a próxima fase, que diz respeito a uma análise detalhada de nosso programa de integridade.

Lembramos que o projeto “Empresa Pró Ética 2020-2021” consiste em uma iniciativa de fomento à integridade empresarial, promovida pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC da Controladoria-Geral da União - CGU, com apoio de instituições parceiras, que busca incentivar as empresas brasileiras e as multinacionais que atuam no Brasil a implementar, de forma voluntária, medidas para prevenir, detectar e remediar atos de corrupção e fraude, bem como para promover uma cultura organizacional de integridade.

3.4. Revisão e Aperfeiçoamento do Programa de Integridade da EPE

O Programa de Integridade da EPE, em sua primeira versão, foi aprovado por meio da RD nº 01/458ª, de 11 de

junho de 2018. Contudo, várias ações de aperfeiçoamento foram elaboradas/desenvolvidas de lá para cá, até mesmo como resultado da execução das ações contidas no Plano de Integridade da EPE e das ações constantes no Plano Diretor Institucional voltadas ao fomento à cultura de governança, riscos, integridade e controles internos.

Dessa forma, além de observar o disposto em toda legislação inerente ao assunto, a elaboração e aprovação de uma nova versão do Programa de Integridade da EPE contribuirá para o atingimento de um dos objetivos estratégicos constantes no ciclo do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) atual, a saber: “Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”, denotando a importância do tema para a empresa. O Programa também colaborará para o cumprimento de diretrizes constantes da Política de Controles Internos da Gestão e de Conformidade (PDG-COA-009) e da Política de Integridade (PDG-COA-011).

Para a elaboração da nova proposta observa-se o seguinte fluxo processual abaixo.

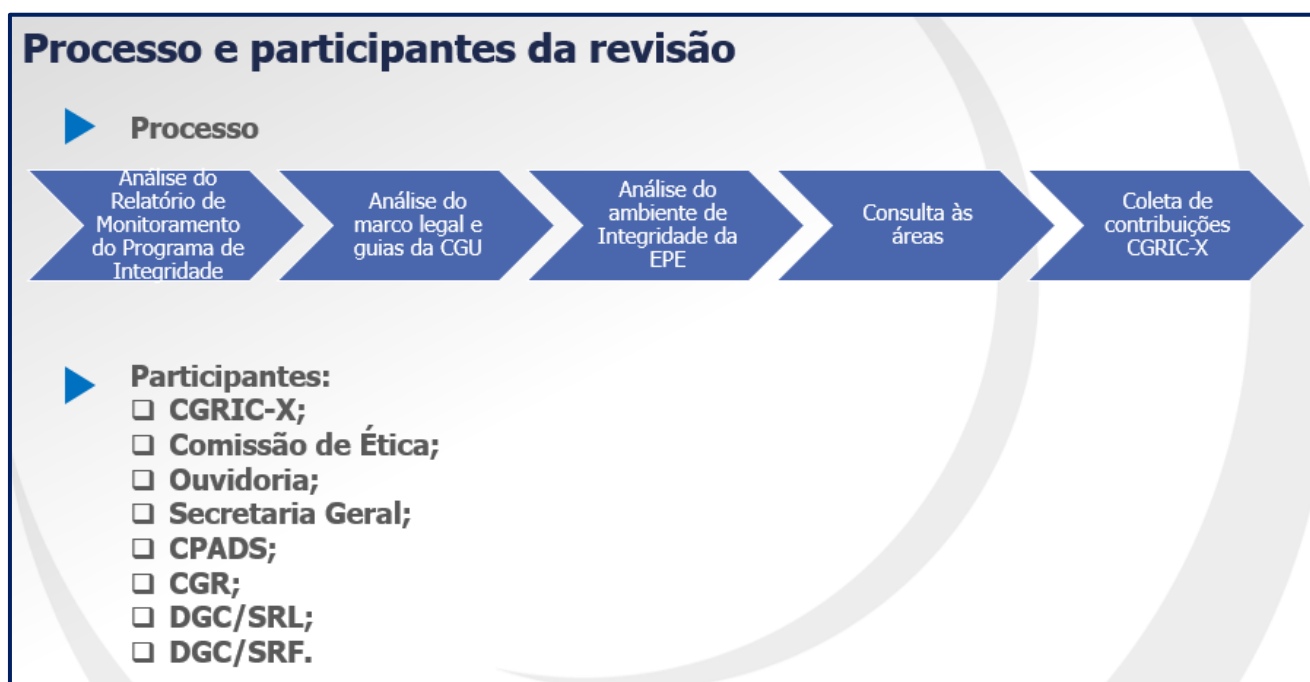


Figura 1 - Fluxo do processo e participantes do projeto de elaboração do Novo Programa de Integridade da EPE.

3.5. Aquisição de ERP de Governança e Contratação de Consultoria, para diagnóstico do Sistema Normativo da EPE

A área de Conformidade e gerenciamento de Riscos da EPE foi fundada em junho de 2017, tendo suas atribuições e competências previstas no Estatuto Social da EPE, de forma a cumprir um amplo conjunto de instrumentos normativos tais como leis, decretos e portarias. Contudo, com o tempo a metodologia de gestão de riscos da EPE passou a ser utilizada para avaliar uma série de objetos, projetos e processos, cujas matrizes de riscos

passaram a compor os relatórios produzidos pela área e disponibilizados, por sua vez, para toda a alta administração da empresa, além de servir de apoio para o processo decisório em níveis tático e operacionais.

Dessa forma, ter uma ferramenta de software que automatize essas necessidades e funcionalidades torna-se extremamente relevante não só para a própria área, mas, também, para a EPE. São inúmeras matrizes levantadas, com interseções com o mapeamento estratégico institucional, com o plano diretor institucional e com a própria matriz de riscos estratégicos, tendo como plano de tratamento/mitigação ara um dos riscos a aquisição de uma ferramenta de software para automatizar essa gestão. Sendo assim, a área de CGR tem empreendido esforços para formar um processo de aquisição de uma ferramenta que automatize a gestão de riscos e de controles internos, além de manter direta e intrínseca ligação com o planejamento estratégico institucional. Ressalta-se aqui a necessidade de se automatizar e melhorar a eficiência e eficácia do monitoramento do PEI e do PDI, em conjunto com as necessidades da área de riscos, de forma a melhorar o processo de governança corporativa, diminuir a margem de erros na condução do processo e de retrabalhos que porventura se façam necessários.

A área de CGR, assim como a Assessoria da presidência trabalharam em conjunto para a construção de um processo visando a aquisição de um ERP de Governança, voltado a esses temas. Estima-se concluir o processo de aquisição em meados do 2º quadrimestre de 2021.

Além disso, a área de CGR também tem trabalhado na contratação de uma consultoria para fins de realização de um diagnóstico do sistema normativo da EPE. O sistema normativo da empresa foi aprovado em 2014 e tem operado desde essa época, mas torna-se necessária sua revisão. Por isso a área de CGR pretende contratar essa consultoria, para fins de indicação de possíveis melhorias e formação de plano de ação a ser seguido para isso. A previsão para publicação do edital é agosto de 2021.

**SÍNTESE
PROCESSO DE
GESTÃO DE RISCOS**

**Projetos e Atividades
das Áreas e
Superintendências**

4. SÍNTESE DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

4.1. Levantamento de Riscos junto às áreas e Superintendências da Empresa

A fim de difundir a metodologia de gestão e Riscos e fazer cumprir a base metodológica e normativa, a área de CGR iniciou um trabalho de levantamento de Riscos, em conjunto com o Comitê de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X), para cada uma das Superintendências, voltando-se para os macroprocessos e competências de cada área.

Foram os seguintes os temas das matrizes de Riscos propostos por cada Superintendência:

<p>SEE</p> <p>Balanco Energético Nacional</p>	<p>SMA</p> <p>Estudos para obtenção da LP da UHE Bem Querer</p>	<p>SEG</p> <p>Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia</p>	<p>SGE</p> <p>Elaboração do capítulo 3 sobre geração de energia elétrica do PDE</p>	<p>STE</p> <p>Relatório de viabilidade técnico econômica de alternativas (R1)</p>	<p>SGP</p> <p>Processo de Gestão do ponto eletrônico (controle e administração)</p>
<p>SRF</p> <p>* Processo efetuar pagamentos devidos; e * Processo Demonstrações Financeiras</p>	<p>SRL</p> <p>* Processo gestão patrimonial; e * Processo Gestão Documental</p>	<p>SDB</p> <p>Plano Indicativo de Oleodutos (PIO)</p>	<p>SPG</p> <p>Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás (ZNMT)</p>	<p>CONJUR</p> <p>*Consultivo (art 9º, I e IV do RI/EPE); *Contencioso (art. 9º, III do RI/EPE) *Administrativo;</p>	

4.2. Mapas de Calor

Riscos Inerentes		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível			R1.1	R23	
	Baixo	R64	R24	R8; R22; R31; R68; R69; R70; R80	R7; R26; R27; R28; R29; R30; R33; R65; R66; R67	R20; R21; R32; R71
	Crítico		R3; R16; R17; R74; R81	R14; R37; R48; R49; R78; R88	R6; R15; R15.1; R19; R39; R75	R4
	Grave	R82	R1.3; R2.1; R2.2; R12; R14.1; R60; R61; R62; R63; R76; R87; R87.1	R3.2; R18; R34; R40; R43; R47; R59; R72; R79; R83; R84; R89	R5; R9; R25; R36; R41; R42; R44; R46	R1; R3.1; R45
	Gravíssimo	R50;	R1.2; R2; R11; R35; R38; R56; R57; R73; R77; R85.1; R85.4	R10; R52; R54; R55; R58; R86	R13; R85; R85.2; R85.3	R51; R53

Riscos Residuais		Probabilidade				
		Muito baixa (improvável)	Baixa (pouco provável)	Média (possível)	Alta (provável)	Muito alta (frequente)
Impacto	Desprezível	R1.1; R23	R30; R33	R26; R32		
	Baixo	R8; R14; R18; R24; R25; R29; R34; R64; R65; R67; R69; R70; R80; R81; R82	R7; R22; R28; R31; R66; R68; R71	R19; R20; R21; R27		
	Crítico	R3; R14.1; R16; R17; R48; R49; R50; R74; R79; R88	R15; R37; R39; R75; R78	R4; R6; R9; R15.1		
	Grave	R1; R1.2; R1.3; R2; R2.1; R2.2; R3.1; R3.2; R47; R59; R60; R61; R62; R63; R72; R76; R83; R84; R87; R87.1; R89	R12; R36; R40; R41; R42; R43	R5; R44; R45; R46		
	Gravíssimo	R35; R38; R54; R55; R56; R57; R73; R77; R85; R85.1; R85.2; R85.3; R85.4; R86	R11; R13; R58	R10; R52		R51; R53

4.3. Criticidade dos Riscos Residuais

Riscos	Quantidade
Baixos	77 → 62
Médios	51 → 35
Altos	5 → 4

4º Trim. 2020 1º Quadr. 2021





SEE – Balanço Energético Nacional

R1. Não atendimento as metas de prazo de publicação

R2. Quebra de sigilo das informações

R3. Redução de qualidade nos dados e informações disponibilizadas

Riscos inerentes

SEE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível			R1.1		
	Baixo					
	Crítico		R3			
	Grave		R1.3; R2.1; R2.2	R3.2		R1; R3.1
	Gravíssimo		R1.2; R2			

Riscos residuais

SEE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível	R1.1				
	Baixo					
	Crítico	R3				
	Grave	R1; R1.2; R1.3; R2; R2.1; R2.2; R3.1; R3.2				
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Quebra de Sigilo das informações	<ul style="list-style-type: none"> Invasão dos sistemas da EPE Eventual divulgação accidental de informações por colaboradores Armazenamento inadequado dos dados e de informações pessoais e organizacionais 	* Aprimoramento das regras de firewall	Concluído
		* Aprimoramento das campanhas de conscientização de SIC	Concluído

Aspectos Relevantes

Deslocamento de um empregado, para a área de Balanço Energético; Acordo com o IBGE (em fase de assinatura); Verificação de possibilidade para acordos com a Petrobras e associações da indústria e comércio; Participação de Analista na CPADS visando dar maior consciência para a equipe dos aspectos relacionados ao tratamento do sigilo das informações.

SMA – UHE Bem Querer

R4. Judicialização do processo de licenciamento ambiental
R5. Conflitos com a população local
R6. Atraso na obtenção ou negativa das autorizações
R7. Conflito de recursos humanos internos

R8. Impedimento de participação da EPE
R9. Alteração ou complementação de escopo
R10. Comprometimento à segurança e integridade física

R11. Exposição à roubo ou latrocínio
R12. Interrupção das atividades de contrato
R13. Inexecução contratual

Riscos inerentes

SMA		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo			R8	R7	
	Crítico				R6	R4
	Grave		R12		R5; R9	
	Gravíssimo		R11	R10	R13	

Riscos residuais

SEG		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R8	R7			
	Crítico			R4; R6; R9		
	Grave		R12	R5		
	Gravíssimo		R11; R13	R10		

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Comprometimento à segurança e integridade física do empregado	* Exposição à doenças silvestres e endêmicas durante os serviços de campo * Acidente durante os deslocamentos aéreos, terrestres ou fluviais durante a realização dos serviços em região remota	* Contratar seguro de viagem incluindo remoção em caso de acidente. * Contratar seguro de vida * Tornar obrigatória a adesão ao programa de vacinação do viajante (Fiocruz)	Não Iniciado

Aspectos Relevantes

Acrescidos os riscos de alteração ou complementação de escopo, exposição à roubo ou latrocínio, Interrupção das atividades do contrato e Inexecução contratual. Maior comprometimento à segurança e integridade física do empregado. Realinhamento e readequação do monitoramento das etapas do contrato da UHE Bem Querer.



SEG - Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia

R14. Atraso na liberação ou não adequação do Sistema AEGE

R15. Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor

R16. MME estabelecer prazo muito curto para cadastramento

R17. Alteração de diretrizes do Leilão pelo MME

R18. Não processo de informações dos empreendedores necessárias ao cadastramento

R19. Problemas no Sistema de Armazenamento em Nuvem

Riscos inerentes

SEG – Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico		R16; R17	R14	R15; R15.1; R19	
	Grave		R14.1	R18		
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SEG – Etapa de inscrição e cadastramento de projetos para os leilões de energia		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R14; R18		R19		
	Crítico	R14.1; R16; R17	R15	R15.1		
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor para o cadastramento dos projetos	* Arquitetura atual do Sistema AEGE defasada * Aumento do fluxo de utilização do sistema pelos empreendedores nos últimos dias do cadastramento	* Acompanhamento e apoio à STI no desenvolvimento do novo Sistema AEGE * Incluir no FAQ de cada Leilão informações para sensibilizar os empreendedores que evitem cadastrar projetos nos últimos dias.	Em andamento

Aspectos Relevantes

*Acompanhamento e apoio à STI no desenvolvimento do novo Sistema AEGE

SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE

R20. Falta de alinhamento de premissas entre MME e EPE
R21. Mudança de prazo pelo MME na entrega do PDE
R22. Atraso no envio dos dados
R23. Inconsistências com o padrão geral do PDE
R24. Informações incompatíveis entre os capítulos

R25. Dados desatualizados
R26. Inconsistência de dados nos modelos computacionais (I)
R27. Inconsistência de dados nos modelos computacionais (II)
R28. Deck de entrada de dados do modelo (NEWAVE) com dados inconsistentes

R29. Inconsistência entre gráficos no relatório do PDE e os dados do modelo (Newave) e MDI
R30. Erro de implementação no MDI
R31. Falta de conclusão com relação a parâmetros do MDI
R32. Falta de comunicação interna (equipe SGE)
R33. Impossibilidade de gerar simulações

Riscos inerentes

SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível				R23	
	Baixo		R24	R22; R31	R26; R27; R28; R29; R30; R33	R20; R21; R32
	Crítico					
	Grave				R25	
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SGE – Elaboração do capítulo 3 sobre Geração de Energia Elétrica do PDE		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível	R23	R30; R33	R26; R32		
	Baixo	R24; R25; R29	R22; R28; R30; R31	R20; R21; R27		
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Falta de alinhamento de premissas entre MME e EPE	Falha de comunicação e postergação no início das conversas	* Definição da EPE em conjunto com MME de marcos para início e término das negociações das premissas para o PDE.	Em andamento

Aspectos Relevantes

* O risco de “impossibilidade de gerar simulações por conta de limitação de recursos de hardware” foi mitigado devido a aumento do Cluster.

STE – Relatório de viabilidade técnico econômica de alternativas

R34. Definição de parâmetros ou soluções equivocadas,
R35. Vazamento de informação, definição de parâmetros ou soluções que favoreçam terc.
R36. Ineficiência na execução de processos/procedimentos

R37. Inexistência de inovação
R38. Definição de que a elaboração dos Relatórios R1 e R2
R39. Perda de contribuição dos agentes do setor elétrico nos estudos da EPE

R40. Perda de capital humano
R41. Perda de qualificação técnica/profissional
R42. Acesso indevido de terceiros aos arquivos e informações

Riscos inerentes

STE – Relatório de viabilidade técnico econômica e alternativas		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R37	R39	
	Grave			R34; R40	R36; R41; R42	
	Gravíssimo		R35; R38			

Riscos residuais

STE – Relatório de viabilidade técnico econômica e alternativas		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R34				
	Crítico		R37; R39			
	Grave		R36; R40; R41; R42			
	Gravíssimo	R35; R38				

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Acesso indevido de terceiros aos arquivos e informações utilizados nos estudos	*Falha de segurança da informação	* Enfatizar as normas de segurança da informação.	Em andamento

Aspectos Relevantes

-



SGP – Processo de Gestão de ponto

R43. Inoperância parcial ou total do sistema
R44. Impossibilidade do sistema em atender novas demandas

R45. Informações incorretas de ajustes de ponto
R46. Informações insuficientes de descontos de faltas e atrasos

R47. Utilização indevida por parte dos usuários do sistema
R48. Insuficiência de informações no módulo de logs e auditoria

Riscos inerentes

SGP – Processo de Gestão de ponto		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R48		
	Grave			R43; R47	R44; R46	R45
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SGP – Processo de Gestão de ponto		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico	R48				
	Grave	R47	R43	R44; R45; R46		
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Impossibilidade do sistema em atender novas demandas	* O sistema é muito limitado com a impossibilidade de se flexibilizar a sua operação	* Utilização de um novo sistema tecnicamente mais seguro, moderno e com maiores opções de ajustes e controles.	Em andamento

Aspectos Relevantes

A forma de encaminhamento desta ação está condicionada à algumas decisões institucionais relacionadas à adoção do trabalho remoto, em avaliação pela direção da empresa. Esta modalidade de trabalho, por sua vez, possui rebatimento na forma de controle de jornada, no regramento vigente e na utilização ou não do módulo de controle de jornada do sistema integrado de gestão TOTVS, já adotado pela Empresa para a folha de pagamento, gestão patrimonial e gestão contábil. O módulo de ponto eletrônico da TOTVS não envolve investimento em aquisição de sistema, apenas na parametrização. Caso não seja aprovada a alteração do regramento, devido à limitação do sistema de controle de jornada da TOTVS, será necessária aquisição de outro sistema.

SRF – Processo efetuar pagamentos devidos

R49. Não pagamento de fornecedores e de tributos

R50. Não pagamento e/ou atraso de despesas de pessoal

R51. Impossibilidade de realizar a Gestão Financeira pela manutenção de AGC sem Função Gratificada exercendo a natureza de Gestor Financeiro

R52. Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE

Riscos inerentes

SRF – Processo efetuar pagamentos devidos		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R49		
	Grave					
	Gravíssimo	R50		R52		R51

Riscos residuais

SRF – Processo efetuar pagamentos devidos		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico	R49; R50				
	Grave					
	Gravíssimo			R52		R51

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE.	1 - Baixa arrecadação de tributos; 2 - Estabelecimento de limites financeiros menores que os de empenho; 3 - Excesso de restos a pagar do exercício anterior; 4 - Dependência do orçamento fiscal.	1 - Estabelecer prazos rigorosos de encaminhamento da documentação de pagamento; 2- Monitoramento e leitura dos Boletins no portal do ME e acompanhar a edição e leitura dos decretos; 3 - Encaminhar mensalmente a planilha de programação orçamentária e financeira; 4 – Aperfeiçoar o controle de contas a pagar; 5 – Antecipar vencimentos em dezembro de 2020	1 - Em andamento 2 – Concluído 3, 4 e 5 - Concluído

Aspectos Relevantes

* Destinado cargo de Consultor técnico III para o Gestor Financeiro; * Elaboração de manual de procedimentos pela equipe do financeiro;
* Participação de reunião mensal com o MME para tratar assuntos de acompanhamento financeiro e orçamentário, além da participação de grupo por email junto ao MME; * Inclusão de grupos de whatsapp junto ao SPOA/MME; * Elaboração de Norma de pagamento; * Vencimentos de Dezembro antecipados com êxito.

SRF – Processo das Demonstrações Financeiras

R53. Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis
R54. Penalidade oriunda da inobservância de normas

R55. Registro contábil irregular, com falhas ou erros
R56. Quebra de contrato da consultoria e execução fiscal terceirizada

R57. Atraso na entrega mensal e anual (ECF e ECD) e demais obrigações ao fisco
R58. Erro operacional no sistema Totvs

Riscos inerentes

SRF – Processo de Demonstrações Financeiras		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo		R56; R57	R54; R55; R58		R53

Riscos residuais

SRF – Processo de Demonstrações Financeiras		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo	R54; R55; R56; R57	R58			R53

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Impossibilidade de realizar a Gestão Financeira pela manutenção de AGC sem Função Gratificada exercendo a natureza de Gestor Financeiro	1 - Movimentação externa entre empregados e servidores federais; 2 - Política de pessoal inadequada; 3 - Ausência de método para quantificação de Equipes; 4 - Ausência de definição do quadro ideal para cada unidade organizacional; 5 - Não realização de concurso público	1 - Atuação junto a diretoria executiva para alterar a estrutura organizacional da SRF/EPE; 2-Envolver a SGP para solucionar a situação inadequada; 3 - Automação dos processos; 4 - Capacitação permanente; 6 - Captação de servidores federais através da movimentação externa para integrar o quadro contábil	Em andamento

Aspectos Relevantes

- * Renovado o contrato com a Totvs com banco de horas para automação. Agendado para março a primeira visita;
- * Incluída ação de capacitação no LNC;
- * Processo de movimentação externa ainda não deu resultado;
- * Ausência de contadores na empresa para executar um rodízio de pessoal pleno.

SRL – Gestão Documental

R59. Perda, indisponibilidade, inutilização e/ou destruição de informações e documentos

R60. Tratamento inadequado ao acervo documental

R61. Descontinuidade do apoio institucional (Arquivo Nacional e MME)

R62. Falta de apoio institucional da EPE

R63. Indisponibilidade do Super.BR como plataforma de SIGAD

R64. Descontinuidade da coordenação do projeto

Riscos inerentes

SRL – Gestão Documental		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R64				
	Crítico					
	Grave		R60; R61; R62; R63	R59		
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SRL – Gestão Documental		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R64				
	Crítico					
	Grave	R59; R60; R61; R62; R63;				
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Perda, indisponibilidade, inutilização e/ou destruição de informações e documentos	Falhas no processo de Gestão documental devido a ausência de plataforma de sistemas, de instrumentos normativos e ferramentas de gestão	Estruturação de modelo de gestão documental Parceria com Arquivo Nacional e Ministério de Minas e Energia (SIGA)	Em andamento

Aspectos Relevantes

Está em fase de finalização a composição de um plano de gestão documental detalhando as etapas do projeto como um todo. A apresentação para a DE deve ocorrer no 2º semestre de 2021. É necessário discutir o nível de prioridade junto às áreas de negócio que será dada em 2021, para construção do diagnóstico básico.

SRL – Gestão Patrimonial

R65. Descontrole dos ativos Patrimoniais
R66. Furtos de Bens Patrimoniais
R67. Perdas desconhecidas de Bens Patrimoniais

R68. Mal-uso de Bens Patrimoniais
R69. Não ressarcimento de bens perdidos ou danificados

R70. Ausência de Termo de Carga Patrimonial
R71. Atraso na preparação do Relatório de Inventário

Riscos inerentes

SRL – Gestão Patrimonial		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo			R68; R69; R70	R65; R66; R67	R71
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SRL – Gestão Patrimonial		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível		R65; R67			
	Baixo	R69; R70	R66; R68; R71			
	Crítico					
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Atraso na preparação do Relatório de Inventário	* Período de realização conflitante com as demais atividades dos empregados designados; * Ineficiência na contagem dos bens, retardando todo o processo.	Inventário anual 2020/2021 e atualização do cadastro de bens	Não iniciado

Aspectos Relevantes

No final do ano passado não foi possível fazer o inventário por causa da pandemia e por causa da mudança. A EPE deve contratar uma empresa terceirizada para fazer o processo de inventário durante o 2º semestre de 2021.



SDB – Plano Indicativo de Oleodutos (PIO)

R72. Atraso na entrega dos produtos pela Contratada
R73. Inexecução total da obrigação assumida

R74. Inadequação do produto entregue
R75. Problema de validação dos dados do Banco de Dados

R76. Impossibilidade de gestão/acompanhamento do contrato
R77. Não execução por indisponibilidade orçamentária

Riscos inerentes

SDB – Plano Indicativo de Oleodutos (PIO)		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico		R74		R75	
	Grave		R76	R72		
	Gravíssimo		R73; R77			

Riscos residuais

SDB – Plano Indicativo de Oleodutos (PIO)		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico	R74	R75			
	Grave	R72; R76				
	Gravíssimo	R73; R77				

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Problema de validação dos dados do Banco de Dados (um dos produtos da contratação)	* Dados apresentados podem não refletir as reais condições de mercado atuais ou a metodologia proposta não apresentar premissas fundamentadas.	Acompanhamento do andamento da contratação através de reuniões periódicas com a equipe técnica da Contratada e da EPE. A equipe pretende empregar experiência no desenvolvimento de trabalhos similares na EPE para avaliar a acurácia e adequação das informações fornecidas pela Contratada	Concluído

Aspectos Relevantes

Na revisão da matriz de riscos da SDB, a superintendência concluiu todos os seus Planos de tratamento, obtendo resultados positivos sobre a mitigação dos riscos.

SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

R78. Ausência/escassez de pessoas na equipe com capacitação

R79. Problema de qualquer natureza no Software ArcGIS

R80. Problema de qualquer natureza no Software Kingdom

R81. Problema de qualquer natureza nos dados solicitados a outros agentes

R82. Problema de qualquer natureza nas ferramentas, criadas em conjunto com a TIC

Riscos inerentes

SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo			R80		
	Crítico		R81	R78		
	Grave	R82		R79		
	Gravíssimo					

Riscos residuais

SPG – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo	R80; R81; R82				
	Crítico	R79	R78			
	Grave					
	Gravíssimo					

Principais considerações

Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Ausência/escassez de pessoas na equipe com capacitação	* Licenças médicas e outras ausências não programadas, como desligamentos. * Reorganização da equipe.	Constante atualização dos Procedimentos Operacionais das atividades da área (faltantes), tendo um Analista Revisor que não esteja envolvido no momento com a atividade em questão. ("Analista back-up" de alguma função específica entre os Analistas)	Em andamento

Aspectos Relevantes

-



PRESIDÊNCIA



CONJUR – 1) Emitir manifestação jurídica; 2) Exercer a representação judicial ou extra-judicial da empresa; e 3) Gerenciamento e fiscalização dos contratos da Conjur

CONJUR		
R83. Elaboração de manifestação com conteúdo desatualizado	R86. Preenchimento incorreto de guia de custas judiciais	R88. Não renovação dos contratos de serviços continuados da Conjur
R84. Elaboração de manifestação com posicionamento conflitante ao adotado em outros documentos já emitidos	R87. Não comparecimento do advogado a audiência/sustentação oral	R89. Realização de análises conflitantes por parte dos advogados
R85. Perda de prazo		

Riscos inerentes						
CONJUR		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico			R88		
	Grave		R87; R87.1	R83; R84; R89		
	Gravíssimo		R85.1; R85.4	R86	R85; R85.2; R85.3	

Riscos residuais						
CONJUR		PROBABILIDADE				
		Muito Baixa (improvável)	Baixa (Pouco provável)	Média (Possível)	Alta (Provável)	Muito Alta (Frequente)
Impacto	Desprezível					
	Baixo					
	Crítico	R88				
	Grave	R83; R84; R87; R87.1; R89				
	Gravíssimo	R85; R85.1; R85.2; R85.3; R85.4; R86				

Principais considerações			
Risco Principal	Causa	Plano de Tratamento	Status
Perda de prazo	<ul style="list-style-type: none"> * Erro na contagem dos prazos; * Dificuldades de protocolo em razão da distância; * Advogados não tomaram ciência da abertura do prazo; * Área técnica não forneceu subsídios técnicos a tempo de elaboração de defesa. * Peça enviada ao juízo pelos correios foi extraviada. 	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar diligência junto à OAB e ao Cartório * Realizar a gestão junto às áreas para garantir o cumprimento do prazo. 	Concluído

Aspectos Relevantes	
-	

5. CONCLUSÃO

Destacaram-se os seguintes pontos relacionados aos temas de Governança, Riscos, Integridade e Controles internos da EPE, durante o 1º quadrimestre de 2021:

- A elaboração e aprovação da Nova Mariz de Riscos Estratégicos, aperfeiçoando a metodologia de gestão de riscos da EPE e sua interação com o Planejamento Estratégico Institucional, além de contar com uma ampla participação do corpo gerencial da empresa.
- Fase inicial do Empresa Pró Ética com resultado positivo para a continuidade da EPE no processo, passando-se para a análise detalhada de nosso Programa de Integridade.
- Continuação do projeto para elaboração do Novo Programa de Integridade da EPE, anexando novos instrumentos e controles internos correlacionados ao tema Integridade, mitigando-se ainda mais os riscos de integridade.
- Continuação do processo de aquisição de um ERP de Governança, visando a automatização e eficiência dos trabalhos relacionados à gestão estratégica da empresa e da gestão de riscos e controles internos, de forma integrada.
- Continuação do processo para contratação de consultoria para realização de diagnóstico do Sistema Normativo da EPE, visando seu futuro aperfeiçoamento.
- Processo de análise de riscos das áreas e superintendências sem muitas mudanças desde o ciclo passado (4º trimestre de 2020), o que é natural frente ao nível estratégico dos objetivos, processos e projetos analisados, que muitas vezes precisam de um longo período de tempo para execução das medidas de tratamento. Contudo, torna-se necessário destacar alguns pontos:
 - O processo de análise de riscos de TI/SIC será conduzido à parte do processo de análise dos demais projetos e atividades, dado o nível de sigilo que deve ser dado a essa temática e crescente nível de ataques cibernéticos, seja tanto para o mercado público, quanto privado, a nível mundial.
 - Necessidade de se priorizar as questões relacionadas ao controle de ponto dos empregados, para antever a possibilidade de retorno dos mesmos ao ambiente presencial, mesmo que numa condição híbrida. Isso envolve,

- também, a necessidade de se revisar normativos relacionados ao controle de presença.
- Necessidade de interação entre a SMA, SGP e SRL, para estabelecer os passos iniciais e estudo de viabilidade de contratação de seguro-viagem, incluindo remoção em caso de acidente e seguro de vida. Tais medidas foram indicadas na matriz de Riscos dentro do projeto da SMA - UHE Bem Querer.
 - As ações previstas para tratamento inicial do risco 52, de insuficiência de recursos financeiros lograram êxito. Contudo, novas ações são necessárias, para mitigar ainda mais o risco no futuro
 - Deve-se realizar estudo verificando a possibilidade de se terceirizar o serviço de contabilidade da EPE, considerando o risco 53 - Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, dada a dificuldade de recomposição dos quadros da SRF.
 - Necessidade de se realizar inventário patrimonial o mais rápido possível, dada a finalização da mudança e da responsabilidade da alta administração pela gestão dos ativos da empresa.

Por fim, salienta-se que todos os pontos levantados acima denotam a relevância dos aspectos de governança, riscos, integridade e controles internos para a empresa e fazem parte de um ciclo contínuo de melhoria corporativa, com uma correlação direta com o Planejamento Estratégico Institucional, Objetivo Estratégico “Fortalecer a cultura de governança, visando a consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado”.

Anexo I: Legenda dos Riscos Identificados

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R1	Não atendimento às metas de prazo de publicação	• Indisponibilidade de dados	SEE Balanço Energético Nacional
R1.1		• Dificuldade na editoração do produto	
R1.2		• Invasão dos sistemas da EPE	
R1.3		• Equipe enxuta	
R2	Quebra de Sigilo das informações	• Invasão dos sistemas da EPE	
R2.1		• Eventual divulgação acidental de informações por colaboradores	
R2.2		• Armazenamento inadequado dos dados e de informações pessoais e organizacionais	
R3	Redução de qualidade nos dados e informações disponibilizadas	• Treinamento de equipe incompatível com os desafios dos trabalhos	
R3.1		• Indisponibilidade de dados	
R3.2		• Inconsistência na inserção dos dados da coleta online	
R4	Judicialização do processo de licenciamento ambiental	* Insatisfação da população com os estudos	‘SMA - BEM QUERER’ Estudos socioambientais da UHE Bem Querer para obtenção da Licença Prévia
		* Desconhecimento da população sobre os impactos no rio e na região	
		* Insatisfação dos órgãos ambientais e ONGs em relação ao tratamento dos impactos	
		* Questionamentos e resistência da população e de seus representantes à empreendimentos hidrelétricos	
R5	Conflitos com a população local	* Atuação de ONGs contrárias ao empreendimento	
		* Mobilização de grupos de interesse locais contra o empreendimento	
R6	Atraso na obtenção ou negativa das autorizações	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de infraestrutura ou exigências adicionais dos órgãos (Funai, Ibama, SVS/MS, Iphan, Comitê Interministerial) * Negativa das populações indígenas para entrada em TI * Impedimento de acesso aos locais de coleta * Medidas sanitárias para o controle da pandemia causada pelo Covid-19 	
R7	Conflito de recursos humanos internos	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de cronograma de projetos da SMA * Redução de disponibilidade de alguns profissionais 	
R8	Impedimento de participação da equipe da EPE nas atividades de campo	<ul style="list-style-type: none"> * Sobreposição de cronograma de projetos da SMA * Redução de disponibilidade de alguns profissionais * Restrição orçamentária 	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R9	Alteração ou complementação de escopo	<ul style="list-style-type: none"> * Revisão de orientações e boas práticas no processo de licenciamento ambiental * Publicação de estudos e normativos considerados extemporaneamente pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento (Ibama, Iphan, SVS/MS, Funai, etc.) * Complementações para atendimento de posicionamento técnico quanto à viabilidade do projeto 	
R10	Comprometimento à segurança e integridade física do empregado	<ul style="list-style-type: none"> * Exposição à doenças silvestres e endêmicas durante os serviços de campo * Acidente durante os deslocamentos aéreos, terrestres ou fluviais durante a realização dos serviços em região remota 	
R11	Exposição à roubo ou latrocínio	<ul style="list-style-type: none"> * Transporte de valores para pagamento de serviços em regiões remotas 	
R12	Interrupção das atividades do contrato	<ul style="list-style-type: none"> * Declaração de pandemia * Incidente de segurança cibernético 	
R13	Inexecução contratual	<ul style="list-style-type: none"> • Corte orçamentário • Desistência ou inadimplência do contratado 	
R14	Atraso na liberação ou não adequação do Sistema AEGE para cadastramento dos projetos no Leilão	<ul style="list-style-type: none"> • Atraso na implementação dos ajustes no sistema AEGE 	SEG Processo de Inscrição e Cadastramento dos Projetos para participação nos Leilões de Geração de Energia
R14.1		<ul style="list-style-type: none"> • Não implementação dos ajustes no Sistema AEGE 	
R15	Lentidão no acesso ao sistema AEGE pelo empreendedor para o cadastramento dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetura atual do Sistema AEGE defasada 	
R15.1		<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do fluxo de utilização do sistema pelos empreendedores nos últimos dias do cadastramento 	
R16	MME estabelecer prazo muito curto para o cadastramento dos projetos para o Leilão	Necessidades específicas do MME	
R17	Alteração de diretrizes do Leilão pelo MME, durante o período de cadastramento, que impactem negativamente o processo (inclusão de nova fonte, alteração de critério de aproveitamento dos projetos)	Necessidades específicas do MME	
R18	Não processamento de informações dos empreendedores necessárias ao cadastramento (recuperação de senhas, alterações de titularidade, adesão ao sistema, problemas com inscrições erradas)	Limitação de pessoal devido a outras demandas / greve / férias	
R19	Problemas no Sistema de Armazenamento em Nuvem desenvolvido para receber o upload dos projetos	Falta de planejamento da TI / recursos de TI indisponíveis	
R20	Falta de alinhamento de premissas entre MME e EPE	Falha de comunicação e postergação no início das conversas	SGE –Cap. 3 de Geração de Energia Elétrica do PDE

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R21	Mudança de prazo pelo MME na entrega do PDE	Mudança de diretriz ou premissas	
R22	Atraso no envio dos dados	Descasamento do Cronograma de Atividades	
R23	Inconsistências com o padrão geral do PDE	Mudanças de parâmetros que antes eram padrão (ex: início do estudo, número de anos)	
R24	Informações incompatíveis entre os capítulos	Troca de dados e informações insuficientes ou erradas	
R25	Dados desatualizados	Falha na transferência de informação	
R26	Inconsistência de dados nos modelos computacionais	Inserção de dados de forma manual	
R27	Inconsistência de dados nos modelos computacionais	Desenvolvimento do modelo ao mesmo tempo do uso	
R28	Deck de entrada de dados do modelo (NEWAVE) com dados inconsistentes; inconsistência de dados entre MDI e NEWAVE	Geração de novos cenários sem checagem de "dados fixos"	
R29	Inconsistência entre gráficos no relatório do PDE e os dados do Modelo (NEWAVE) e MDI.	Falta de documento de checagem dos gráficos/tabela padrões do plano; novos gráficos gerados.	
R30	Erro de implementação no MDI	Desenvolvimento do modelo ao mesmo tempo do uso	
R31	Falta de conclusão com relação a parâmetros do MDI (ex: calibração de série hidrológica e custo de déficit de ponta)	Desenvolvimento de metodologia junto com elaboração do Plano	
R32	Falta de comunicação interna (equipe SGE)	As análises do PDE avançam sem a devida comunicação aos integrantes	
R33	Impossibilidade de gerar simulações por conta de limitação de recursos de hardware	Concorrência com outros estudos que demandam a infraestrutura de hardware	
R34	Definição de parâmetros ou soluções equivocadas, inviáveis e/ou não otimizadas	*Falha técnica ou operacional	
R35	Vazamento de informação, definição de parâmetros ou soluções que favoreçam intencionalmente a terceiros	*Corrupção	
R36	Ineficiência na execução de processos/procedimentos	* Falha técnica, operacional ou gerencial. * Mão de obra ou recursos insuficientes; orçamento insuficiente	
R37	Inexistência de inovação	*Falta de estímulo à inovação	
R38	Definição de que a elaboração dos Relatórios R1 e R2 não seja atribuída à EPE	*Mudança na atribuição da EPE;	
R39	Perda de contribuição dos agentes do setor elétrico nos estudos da EPE	*Falta de compromisso dos agentes do setor; *Inexistência de mecanismos regulatórios	
			STE Desenvolver, acompanhar, subsidiar e realizar os estudos necessários à definição dos parâmetros técnicos e econômicos para a realização dos leilões de concessão das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica nacional.

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R40	Perda de capital humano	*Plano de cargos e salários defasado; *Dificuldades de progressão salarial a partir do sistema de avaliação de desempenho.	
R41	Perda de qualificação técnica/profissional	*Baixa qualificação e capacitação dos profissionais *Contingenciamento de recursos	
R42	Acesso indevido de terceiros aos arquivos e informações utilizados nos estudos	*Falha de segurança da informação	
R43	Inoperância parcial ou total do sistema	Fragilidade do sistema em novas parametrizações	SGP – Processo de Gestão de Ponto
R44	Impossibilidade do sistema em atender novas demandas	*O sistema é muito limitado com a impossibilidade de se flexibilizar a sua operação	
R45	Informações incorretas de ajustes de ponto para subsidiar o processo de confecção da folha de pagamento	* Alto índice de ajustes feitos de maneira incorreta	
		* O sistema oferece opções de ajustes que se assemelham induzindo o usuário ao erro	
R46	Informações insuficientes de descontos de faltas e atrasos além do limite do banco de horas.	*Falta de relatórios adequados de monitoramento automático	
R47	Utilização indevida por parte dos usuários do sistema	*Existência de vulnerabilidades no sistema de armazenagem de senhas dos usuários do sistema	
R48	Insuficiência de informações no módulo de logs e auditoria do sistema	*O módulo de logs não registra todas as alterações possíveis que são efetuadas no sistema	
R49	Não pagamento de fornecedores e de tributos (inadimplência ou moratória)	* Falhas nos controles de contas a pagar que afetam o pagamento das despesas;	SRF Pagamento de Despesas
		*Documento de cobrança incorreto;	
		*Falta de informação de domicílio bancário;	
		*Falta de recursos financeiros;	
		*Não recebimento de documento de pagamento pelas áreas que atestam pagamento;	
*Não encontrar processo de pagamento e extravio de documento de cobrança;			
R50	Não pagamento e/ou atraso de despesas de pessoal	*Não ou recebimento de informações de pagamento de despesa de pessoal pelo RH.	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R51	Impossibilidade de realizar a Gestão Financeira pela manutenção de AGC sem Função Gratificada exercendo a natureza de Gestor Financeiro	*Falta da remuneração de função gratificada para a função de Gestor Financeiro.	
R52	Insuficiências de recursos Financeiros para financiar todas as despesas da EPE.	*Baixa arrecadação de tributos;	
		*Estabelecimento de limites financeiros menores que os de empenho;	
		*Excesso de restos a pagar do exercício anterior;	
		* Dependência do orçamento fiscal.	
R53	Insuficiência de profissionais com formação em ciências contábeis, na Equipe de Contabilidade.	*Movimentação externa entre empregados e servidores federais;	
		*Política de pessoal inadequada;	
		*Ausência de método para quantificação de Equipes;	
		*Ausência de definição do quadro ideal para cada unidade organizacional;	
		*Não realização de concurso público	
R54	Penalidade oriunda da inobservância de normas ou práticas contábeis e fiscais, por não atendimento a conformidade com ética, lei e regulamentos.	*Falta de capacitação da Equipe de contabilidade;	
		*Inobservância de mudança na legislação aplicada a contabilidade e tributária;	
		*Não atendimento as recomendações dos órgãos de controle interno e externo;	
R55	Registro contábil irregular, com falhas ou erros.	*Ausência de informação integrada entre o ato de gestão e o registro contábil;	
		*Vulnerabilidade dos controles internos,	
		*Falta de conciliação dos registros contábeis;	
R56	Quebra de contrato da consultoria e execução fiscal terceirizada.	*Baixo valor do atual contrato mediante ao perfil da EPE.	SRF Demonstrações Financeiras
R57	Atraso na entrega mensal e anual da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF e Escrituração Contábil Digital - ECD e demais obrigações acessórias ao fisco federal	*Atraso na entrega da escrituração fiscal pela empresa terceirizada;	
		*Inconsistências na geração do ECD do módulo contábil da TOTVS;	
R58	Erro operacional no sistema Totvs	*Ausência de um contrato ativo de manutenção;	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
		*Demora no atendimento pelo técnico da Totvs;	
R59	Perda, indisponibilidade, inutilização e/ou destruição de informações e documentos	*Falhas no processo de Gestão documental devido a ausência de plataforma de sistemas, de instrumentos normativos e ferramentas de gestão	SRL Processo de Gestão Documental vigente na EPE, Processo de Tratamento do Acervo e Projeto Piloto de Implantação da Gestão Documental da EPE
R60	Tratamento inadequado ao acervo documental	*Inadequação da forma de tratamento e arquivamento do Acervo documental	
R61	Descontinuidade do apoio institucional do Arquivo Nacional e Ministério de Minas e Energia	*Redefinição de prioridades institucionais Limitação de recursos	
R62	Falta de apoio institucional da EPE à implantação do programa de gestão documental	*Não reconhecimento da alta direção e lideranças da importância estratégica sobre a implantação do programa de gestão documental	
R63	Indisponibilidade do Super.BR como plataforma de SIGAD	* Inviabilidade ou postergação de concessão da plataforma Super.BR à EPE	
R64	Descontinuidade da coordenação do projeto	* Transferência do coordenador para outra atividade organizacional ou desligamento da empresa	
R65	Descontrole dos ativos Patrimoniais	* Bens sem registro patrimonial e sem tombamento; * Bens com registros incorretos/desatualizados.	SRL Processo de Gestão Patrimonial
R66	Furtos de Bens Patrimoniais	* Ação deliberada de algum indivíduo	
R67	Perdas desconhecidas de Bens Patrimoniais	* Extravio ou furto; * Guarda em local ignorado	
R68	Mal-uso de Bens Patrimoniais	* Utilização indevida dos bens patrimoniais da Empresa	
R69	Não ressarcimento de bens perdidos ou danificados	* Falta de procedimento simplificado de apuração regulamentado	
R10	Ausência de Termo de Carga Patrimonial atualizado emitido pela SRL e assinado pelos respectivos Superintendentes	* Não aplicação da Norma de Gestão Patrimonial quanto a emissão e entrega do Termo de Carga Patrimonial (NOG-DGC-013, item 5.2.8)	
R71	Atraso na preparação do Relatório de Inventário	* Período de realização conflitante com as demais atividades dos empregados designados; * Ineficiência na contagem dos bens, retardando todo o processo.	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R72	Atraso na entrega dos produtos pela Contratada	*Dificuldades de a contratada cumprir o cronograma estabelecido no contrato para entrega dos Produtos.	SDB Consultoria para prestação de serviço especializado na área de engenharia de projeto e orçamentação, visando à estruturação de metodologia e a provisão de uma base de dados que subsidie a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica de oleodutos de transporte
R73	Inexecução total da obrigação assumida	*Incapacidade técnica da Contratada.	
R74	Inadequação do produto entregue, não atendendo à solicitação descrita no Termo de Referência, constante do Edital de Licitação	* Não entendimento do escopo proposto para o serviço em questão	
		* Falta de interação/acompanhamento com a equipe técnica da EPE.	
R75	Problema de validação dos dados do Banco de Dados (um dos produtos da contratação)	* Dados apresentados podem não refletir as reais condições de mercado atuais ou a metodologia proposta não apresentar premissas fundamentadas.	
R76	Impossibilidade de gestão/acompanhamento do contrato por parte da equipe da EPE/DPG/SDB	* Inexistência de equipe técnica na EPE com qualificação para acompanhamento e execução das exigências do contrato em função de demissão Ausência de recurso humano essencial.	
R77	Não execução por indisponibilidade orçamentária	*Redução orçamentária da instituição com reflexos nos orçamentos das áreas	
R78	Ausência/escassez de pessoas na equipe com capacitação	* Licenças médicas e outras ausências não programadas, como desligamentos. * Reorganização da equipe.	SPG Elaborar estudos de gestão dos recursos e reservas de petróleo e gás natural. Produto: Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás - ZNMT
R79	Problema de qualquer natureza no Software ArcGIS, imprescindível para o ZNMT.	* Licença do Software ArcGis não renovada	
		* Excesso de usuários por licença	
		* Incompatibilidade da nova versão do Software com os equipamentos existentes na EPE.	
		*indisponibilidade orçamentária para contratação/renovação de licenças	
R80	Problema de qualquer natureza no Software Kingdom, necessário para o ZNMT.	*indisponibilidade de equipamentos	
		* Excesso de usuários por licença. * Incompatibilidade da nova versão do Software com os equipamentos existentes na EPE. *indisponibilidade orçamentária para contratação/renovação de licenças *indisponibilidade de equipamentos	

Nº do Risco	Risco	Causas	Área
R81	Problema de qualquer natureza nos dados solicitados a outros agentes, necessários para o ZNMT.	<ul style="list-style-type: none"> * Demora ou não-recebimento dos dados solicitados. * Recebimento incompleto de dados. * Recebimento de dados duplicados. * Recebimento de dados desatualizados. 	
R82	Problema de qualquer natureza nas ferramentas, criadas em conjunto com a TIC, no ambiente Power BI, necessárias para a atualização dos resultados de volumetria apresentados no ZNMT.	<ul style="list-style-type: none"> * Problemas no servidor da EPE * Aplicativo Power BI não funciona. 	
R83	Elaboração de manifestação com conteúdo desatualizado	*Desconhecimento da edição de um novo normativo ou de alterações na jurisprudência sobre o tema	CONJUR – Processo de manifestação jurídica; Exercício de representação judicial ou extrajudicial da empresa; e 3) Gerenciamento e fiscalização dos contratos
R84	Elaboração de manifestação com posicionamento conflitante ao adotado em outros documentos já emitidos pela Conjur	*Desconhecimento do conteúdo dos posicionamentos anteriormente adotados pela Conjur	
R85	Perda de Prazo	*Erro na contagem dos prazos.	
R85.1		*Dificuldades de protocolo em razão da distância.	
R85.2		*Advogados não tomaram ciência da abertura do prazo.	
R85.3		*Área técnica não forneceu subsídios técnicos a tempo de elaboração de defesa.	
R85.4		*Peça enviada ao juízo pelos correios foi extraviada.	
R86	Preenchimento incorreto de guia de custas judiciais	*Interpretação equivocada das regras de preenchimento	
R87	Não comparecimento do advogado a audiência/sustentação oral	*Evento de força maior que impede o comparecimento do advogado	
R87.1		* Esquecimento do compromisso	
R88	Não renovação dos contratos de serviços continuados da Conjur a tempo de garantir a sua execução de forma ininterrupta.	Atrasos na instrução processual	
R89	Realização, pelos diversos advogados que integram a Conjur, de análises conflitantes relacionadas ao direito de usar ou dispor dos empreendimentos	Desconhecimento do conteúdo das análises realizadas pelos outros advogados	

Anexo II: Metodologia detalhada

O monitoramento dos Riscos se dá por meio de matrizes que indicam quais são os Riscos identificados, sua classificação, os controles exercidos e sua forma de tratamento, entre outros indicadores. Abaixo estão os significados de cada estrutura das matrizes:

Nome: Nome do elemento analisado, que pode ser programas, objetivos, estratégias, processos, projetos, equipamentos, instrumentos normativos.

Nº: Numeração dos Riscos iniciando-se sempre pela letra R, tendo em sequência um incremento de numeração.

Risco: Descrição do evento de Risco identificado.

Causas: Descrição dos fatores que podem causar a materialização do Risco.

Efeitos/Consequências: Possíveis resultados que aparecerão quando o evento se materializar.

Categoria do Risco: Natureza do Risco mapeado, em função das áreas da empresa. Cabe mencionar que os Riscos podem pertencer a categorias distintas e em alguns casos poderão se encaixar em duas ou mais categorias concomitantemente. Os Riscos podem ser caracterizados como:

- **Riscos estratégicos:** Os Riscos estratégicos estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial na performance da organização e na realização dos objetivos institucionais.
- **Riscos de imagem/reputação:** Eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade da EPE em cumprir sua missão institucional.
- **Riscos de pessoas:** São Riscos relacionados às atividades que necessitam de capital humano.
- **Riscos operacionais:** Os Riscos operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas.
- **Riscos financeiros/orçamentários:** Eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução

orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações, etc.

- **Riscos de TIC:** Eventos de natureza interna ou externa que podem afetar um ativo ou um conjunto de ativos de tecnologia da informação e comunicações relacionado ao desenvolvimento das atividades da Empresa (Ex. evolução tecnológica; ausência de competência; falhas de equipamentos; falhas no fluxo de dados, etc.).
- **Riscos de Integridade:** Eventos que envolvem uma afronta aos princípios da administração pública - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas se destaca mais fortemente uma quebra à impessoalidade e/ou moralidade. Envolvem sempre alguma forma de deturpação, desvio ou negação da finalidade pública ou do serviço público a ser entregue ao cidadão.
- **Riscos Legais:** Eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades da Empresa.
- **Riscos do meio ambiente:** Riscos provenientes de elementos e/ou fenômenos naturais que possam afetar a execução de atividades / estudos da Empresa.
- **Riscos da SIC:** Possibilidades de uma ameaça explorar uma ou mais vulnerabilidades de um ativo de informação ou de um conjunto de tais ativos, comprometendo a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações da EPE.

Probabilidade	Descrição	Valor
Muito baixa	Muito improvável de ocorrer	1
Baixa	Improvável de ocorrer	2
Média	Ocorre ocasionalmente	3
Alta	Provável de ocorrer	4
Muito alta	Ocorre frequentemente	5

Impacto	Descrição	Valor
Desprezível	Os danos são insignificantes para a empresa	1
Baixo	A empresa consegue reparar os danos com seus próprios recursos	2
Crítico	A recuperação dos danos extrapola os recursos da empresa	3
Grave	Danos que venham a manchar a imagem da empresa ou gerem algum incidente grave	4
Gravíssimo	Destruição irreparável da imagem da empresa e/ou oferece risco de morte dos seus empregados	5

Os Riscos são classificados de acordo com sua pontuação no indicador IxP. Dessa forma, o tratamento e resposta aos mesmos se dará de acordo com a tabela abaixo:

CRITICIDADE	DESCRIÇÃO DO RISCO/ CONTROLE REQUERIDO	CONHECIMENTO DO RISCO
ALTA (15 A 25)	Risco intolerável. Ações imediatas devem ser implementadas e o monitoramento deve ser contínuo.	<ul style="list-style-type: none"> •Diretor da área e/ou presidente •Diretoria executiva e/ou CA (no caso de Riscos com impacto direto no atingimento dos objetivos estratégicos)
MÉDIA (5 A 12)	Risco intolerável. Ações devem ser implementadas e o monitoramento deve ser periódico.	Diretor
BAIXA (1 A 4)	Risco tolerável. Manter e aprimorar os controles existentes e monitorar para verificar se a situação do Risco permanece estável.	Superintendente e/ou equivalente

A adoção de indicadores tem o objetivo de mensurar os resultados das tarefas e o monitoramento de desempenho de práticas adotadas para a gestão dos riscos. São implementados e reportados conforme abaixo.

Descrição	Cálculo
Quantidade Total de riscos inerentes de Probabilidade Baixa	Soma dos índices (IxP) de todos os riscos inerentes de probabilidade baixa presentes na Matriz de Probabilidade de Impacto
Quantidade Total de riscos inerentes de Probabilidade Média	Soma dos índices (IxP) de todos os riscos inerentes de probabilidade média presentes na Matriz de Probabilidade de Impacto
Quantidade Total de Riscos inerentes de Probabilidade Alta	Soma dos índices (IxP) de todos os riscos inerentes de probabilidade alta presentes na Matriz de Probabilidade de Impacto
Quantidade Total de Riscos residuais de Probabilidade baixa	Soma dos índices (IxP) de todos os riscos residuais de probabilidade baixa presentes na Matriz de Probabilidade de Impacto
Quantidade Total de Riscos residuais de Probabilidade média	Soma dos índices (IxP) de todos os riscos residuais de probabilidade média presentes na Matriz de Probabilidade de Impacto
Quantidade Total de Riscos residuais de Probabilidade alta	Soma dos índices (IxP) de todos os riscos residuais de probabilidade alta presentes na Matriz de Probabilidade de Impacto
Quantidade total de riscos tratados	Soma de todos os riscos cujas ações de tratamento foram concluídas
Quantidade total de riscos em implementação	Soma de todos os riscos cujas ações de tratamento estão em curso
Quantidade total de riscos pendentes de implementação	Soma de todos os riscos cujas ações de tratamento estão pendentes
Índice de conclusão das ações de tratamento pela área proprietária do risco	Quantidade total de ações de tratamento já realizadas dividido pelo total de ações em tratamento